

Seminário

Avaliação das Escolas – Modelos e Processos

SEMINÁRIO

ABERTURA

Vamos dar início a este seminário.

Gostaria de começar por saudar a senhora Ministra e dizer-lhe que nos honra muito com a sua presença que dá a este seminário um outro significado. A senhora Ministra vai estar connosco toda a manhã e temos uma grande expectativa sobre o que nos poderá dizer depois de ouvir esta sessão de trabalhos da manhã.

Quero também saudar todos os presentes, agradecer a todas as pessoas que contribuíram e vão contribuir para a realização deste seminário, porque o tema escolhido para esta primeira iniciativa do Conselho Nacional de Educação, neste ano lectivo, tem a ver com uma actividade que o Conselho considera fundamental para conseguirmos compreender onde estamos, em cada momento: a avaliação, as questões, os problemas, os constrangimentos, mas também as forças, os valores e os investimentos que todos os dias se fazem, em matéria educativa, no nosso país.

Na verdade, no momento em que a Escola assume lugar de destaque na acção política, propusemo-nos analisar e debater modelos e processos de avaliação de escolas. Se é verdade que não há parceiro educativo que não deixe de mostrar insatisfação com os resultados escolares dos alunos, não é tão evidente que exista acordo alargado sobre as vias que nos permitam saber, com detalhe e profundidade, o que está por detrás dos resultados e das ideias sobre a Escola, sejam eles motivo de regozijo ou de frustração.

A avaliação é considerada pelos especialistas e por pessoas que lhe dão a atenção e esforço, sobretudo como instrumento, mas um instrumento precioso, quando há condições para os resultados serem adequadamente usados. Neste seminário, vamos ter oportunidade de ter a apresentação do estudo conduzido pelo Dr. José Maria Azevedo, em que se faz uma análise de experiências internacionais, não apenas experiências em outros países, mas também experiências comparativas entre vários países, e em que se

* Presidente do Conselho Nacional de Educação

olha, também, para a nossa própria experiência nos últimos anos. Na verdade, tivemos e temos experiência que não devemos nem diminuir, nem menosprezar. É até, creio eu, motivo para alguma reflexão que não tenhamos dado adequado seguimento a esforços e investimentos feitos.

Creio que as experiências, quaisquer que sejam os resultados delas, são sempre um bom motivo para aprendermos. Por isso, senhora Ministra, minhas senhoras e meus senhores, creio que o que nos traz aqui hoje é a motivação para olharmos para experiências, para as generalizarmos, para as debatermos, para aprendermos com elas e para, a partir desse exercício, podermos ter outros elementos para darmos sentido a esta actividade e, eventualmente, pensarmos o futuro de modo construtivo e em condições de termos melhores resultados.

Este Seminário, em que vamos ter oportunidade de ouvir actores diversos com experiências e responsabilidades variadas, proporcionará, estou certo, uma oportunidade para pensar o sentido, os fins e os modos de Avaliação das Escolas.

Assim se espera contribuir para aclarar o próprio papel do CNE nesta importante área de acção educativa. A avaliação dos resultados, dos processos e dos contextos é um importante meio de produção de conhecimento sobre a Escola. Infelizmente, não soubemos valorizar e tirar partido das experiências que lançamos. Nem tão pouco se conferiu suficiente reconhecimento à complexidade e exigência de sustentabilidade em avaliação. Por isso, será já significativo se este encontro proporcionar compreensão e der significado à importância de dispormos de um programa consistente, concertado e viável de Avaliação das Escolas.

Vamos desenvolver os nossos trabalhos como está previsto no programa, propondo que terminemos o painel da manhã às 12,30h, para nessa altura a senhora Ministra ter então a oportunidade de nos dizer o que entender, depois da apresentação do estudo pelo Dr. José Maria Azevedo e de ouvirmos a perspectiva das escolas, tanto mais importante, quanto parece evidente que a escola está no centro da acção política de hoje em educação.

Só posso, pois, terminar com um sentido agradecimento a todos quantos vão contribuir para esta iniciativa: o Dr. José Maria Azevedo, os senhores presidentes e directores de escolas, representantes de associações de pais, representantes de entidades da administração, professores e conselheiros do Conselho Nacional de Educação.

Muito obrigado, senhora Ministra, por uma vez mais nos proporcionar o gosto de a ter entre nós.

Muito bom dia a todos.

Sou, desde há algum tempo, coordenadora da 5.^a Comissão Especializada Permanente, que genericamente acompanha e analisa a situação da educação em termos globais. No contexto desta comissão, temos vindo a acompanhar a problemática da avaliação das escolas, de um modo bastante mais intensivo a partir do momento em que foi publicada a Lei 31/2002 que, como certamente saberão, cometeu a este Conselho Nacional de Educação algumas responsabilidades de acompanhamento e apreciação da implementação do sistema de avaliação, referindo expressamente que deveria ser uma comissão permanente a fazer esse trabalho. Na altura, entendeu-se que não fazia muito sentido criar uma outra comissão e atribuiu-se a esta essa responsabilidade.

Apesar da Lei não ter tido ainda aplicação, entendemos que fazia todo o sentido o Conselho preparar-se, aprofundar a sua reflexão sobre estas temáticas, e é isso que temos vindo a fazer nos últimos dois, três anos. Este trabalho passou, numa primeira etapa, por um conjunto de audições a peritos e a equipas responsáveis por experiências que estavam a decorrer em escolas públicas e privadas. Depois, fizemos uma tentativa, não muito bem sucedida, de tentar identificar estudos em curso nos nossos estabelecimentos de ensino superior e unidades de investigação. Digo não muito bem sucedida, porque não tivemos muitas respostas, mas sabemos que há estudos a decorrer. Entretanto, depois de um trabalho de definição dos termos de referência daquilo que queríamos que fosse este estudo, com um importante contributo do Prof. Leandro de Almeida e da Dra. Teresa Gaspar, assessora desta Comissão, conseguimos reunir as condições para avançar com o apoio da FLAD, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, o que permitiu concretizarmos a realização deste estudo e também irá permitir a sua publicação. Foi este o percurso que fizemos mais recentemente.

* Coordenadora da 5.^a Comissão Especializada Permanente

Quando se tratou de encomendar o estudo, entendemos que a pessoa adequada seria o Dr. José Maria Azevedo, dada a sua experiência nesta área. O Dr. José Maria Azevedo realizou este estudo, entregou-o como estava previsto e na data combinada, e entendemos que não fazia sentido guardá-lo para nós. Desde o início, pensámos que era muito importante a realização de um encontro como este, que permitisse a reflexão destas questões.